

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	68

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	683.509.869
Preferenciais	0
Total	683.509.869
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2013	Outros	21/06/2013	Ordinária		2,34500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	26.999.760	26.476.097
1.01	Ativo Circulante	3.438.300	3.330.598
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.127.035	1.915.974
1.01.03	Contas a Receber	1.181.332	1.148.218
1.01.03.01	Clientes	1.067.729	1.038.945
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	113.603	109.273
1.01.03.02.01	Saldos com Partes Relacionadas	113.603	109.273
1.01.04	Estoques	46.586	53.028
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.479	118.421
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.479	118.421
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	75.868	94.957
1.01.08.03	Outros	75.868	94.957
1.01.08.03.01	Caixa Restrito	11.151	64.977
1.01.08.03.20	Demais Contas a Receber	64.717	29.980
1.02	Ativo Não Circulante	23.561.460	23.145.499
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	925.195	906.391
1.02.01.03	Contas a Receber	356.663	335.687
1.02.01.03.01	Clientes	356.663	335.687
1.02.01.06	Tributos Diferidos	166.594	145.302
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	166.594	145.302
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	144.052	153.098
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	144.052	153.098
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	257.886	272.304
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	55.238	53.158
1.02.01.09.05	Agência Nacional de Água - ANA	102.366	108.099
1.02.01.09.20	Demais Contas a Receber	100.282	111.047
1.02.02	Investimentos	75.061	74.872
1.02.02.01	Participações Societárias	21.022	20.826
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	21.022	20.826
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.039	54.046
1.02.03	Imobilizado	195.286	196.710
1.02.04	Intangível	22.365.918	21.967.526
1.02.04.01	Intangíveis	22.365.918	21.967.526
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.928.792	8.006.130
1.02.04.01.02	Contratos de Programa	4.714.798	4.390.263
1.02.04.01.03	Contrato Prestação Serviço	9.658.010	9.568.487
1.02.04.01.04	Licença de Uso de Software	64.318	2.646

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	26.999.760	26.476.097
2.01	Passivo Circulante	3.390.179	3.758.189
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	302.966	267.332
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.847	35.188
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	284.119	232.144
2.01.02	Fornecedores	210.291	295.392
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	210.291	295.392
2.01.03	Obrigações Fiscais	139.346	152.710
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	134.887	147.013
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	44.527	0
2.01.03.01.02	Pis-Pasep e Cofins a Pagar	42.461	46.576
2.01.03.01.03	INSS a Pagar	28.310	29.401
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei 10.684/03	9.582	19.011
2.01.03.01.20	Outros Tributos Federais	10.007	52.025
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.459	5.697
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	839.160	1.342.594
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	800.857	833.635
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	594.386	635.968
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	206.471	197.667
2.01.04.02	Debêntures	38.303	508.959
2.01.05	Outras Obrigações	1.176.188	1.135.078
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	951	958
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	951	958
2.01.05.02	Outros	1.175.237	1.134.120
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	414.328	414.355
2.01.05.02.04	Serviços a Pagar	431.340	389.091
2.01.05.02.05	Valores a Restituir	40.039	42.479
2.01.05.02.06	Compromissos Contratos de Programa	156.676	148.220
2.01.05.02.07	Parceria Público-Privada - PPP	41.925	24.357
2.01.05.02.09	Indenizações	23.824	8.697
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	67.105	106.921
2.01.06	Provisões	722.228	565.083
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	105.963	112.119
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	6.449	9.912
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	59.988	59.868
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	39.526	42.339
2.01.06.02	Outras Provisões	616.265	452.964
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	148.486	11.586
2.01.06.02.04	Provisões com Clientes	378.311	355.520
2.01.06.02.05	Provisões com Fornecedores	89.468	85.858
2.02	Passivo Não Circulante	11.856.618	11.461.146
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.990.403	7.532.661
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.647.131	4.669.478
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.607.962	1.651.384
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.039.169	3.018.094
2.02.01.02	Debêntures	3.343.272	2.863.183

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.02	Outras Obrigações	3.328.759	3.304.414
2.02.02.02	Outros	3.328.759	3.304.414
2.02.02.02.04	Obrigações Previdenciárias	2.625.341	2.592.550
2.02.02.02.05	Compromissos Contratos de Programa	118.868	87.407
2.02.02.02.06	Parceria Público-Privada - PPP	303.911	331.960
2.02.02.02.07	Indenizações	9.350	17.577
2.02.02.02.08	TAC - Aposentados	36.804	36.804
2.02.02.02.09	Cofins / Pasep Diferidos	126.682	123.731
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	107.803	114.385
2.02.04	Provisões	537.456	624.071
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	303.004	292.198
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	60.056	58.173
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	129.934	111.830
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	113.014	122.195
2.02.04.02	Outras Provisões	234.452	331.873
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	21.573	136.839
2.02.04.02.04	Provisões com Clientes	181.376	165.735
2.02.04.02.05	Provisões com Fornecedores	31.503	29.299
2.03	Patrimônio Líquido	11.752.963	11.256.762
2.03.01	Capital Social Realizado	6.203.688	6.203.688
2.03.02	Reservas de Capital	124.255	124.255
2.03.02.07	Auxílio para Obras	108.475	108.475
2.03.02.08	Reserva de Incentivos	15.780	15.780
2.03.04	Reservas de Lucros	5.387.634	5.387.634
2.03.04.01	Reserva Legal	616.814	616.814
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	80.201	80.201
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	4.690.619	4.690.619
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	496.201	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-458.815	-458.815

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.645.043	2.577.682
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.536.866	-1.496.439
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.050.904	-957.057
3.02.02	Custos de Construção	-485.962	-539.382
3.03	Resultado Bruto	1.108.177	1.081.243
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-373.036	-371.065
3.04.01	Despesas com Vendas	-141.284	-170.777
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-240.437	-206.991
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.637	10.607
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	11.729	11.906
3.04.04.02	Cofins e Pasep	-1.092	-1.299
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.802	-2.144
3.04.05.01	Perda na Baixa de Bens do Imobilizado	-1.666	-939
3.04.05.03	Incentivos Fiscais	-135	-1.189
3.04.05.20	Outras	-1	-16
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-150	-1.760
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	735.141	710.178
3.06	Resultado Financeiro	27.309	45.010
3.06.01	Receitas Financeiras	93.368	87.358
3.06.01.01	Receitas Financeiras	93.403	87.607
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativa	-35	-249
3.06.02	Despesas Financeiras	-66.059	-42.348
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-195.662	-201.560
3.06.02.02	Variações Cambiais Passiva	129.603	159.212
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	762.450	755.188
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-266.249	-263.275
3.08.01	Corrente	-287.541	-263.995
3.08.02	Diferido	21.292	720
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	496.201	491.913
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	496.201	491.913
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,72596	0,71969
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,72596	0,71969

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	496.201	491.913
4.03	Resultado Abrangente do Período	496.201	491.913

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	643.326	419.920
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.124.566	1.100.676
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	762.450	755.188
6.01.01.02	Provisões e variações monetárias de provisões	106.873	126.349
6.01.01.04	Encargos financeiros de clientes	-48.543	-34.632
6.01.01.05	Prejuízo venda ativos imobilizados e intangíveis	474	940
6.01.01.06	Depreciação e amortização	195.165	186.495
6.01.01.07	Juros calculados s/empréstimos e financiamentos a pagar	102.818	105.520
6.01.01.08	Variações monetária e cambiais de empréstimos e financiamentos	-105.455	-150.699
6.01.01.09	Juros e variações monetárias passivas	7.535	479
6.01.01.10	Juros e variações monetárias ativas	-7.792	-2.144
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	94.054	97.608
6.01.01.12	Provisão para termo de ajustamento de conduta (TAC)	5.600	8.878
6.01.01.13	Resultado de Equivalência Patrimonial	150	1.760
6.01.01.14	Provisão Sabesprev Mais	3.123	-2.771
6.01.01.15	Outras Provisões/Reversões	-41.333	3.050
6.01.01.16	Repasse Prefeitura Municipal São Paulo	-6.399	-9.228
6.01.01.17	Margem de Valor Justo sobre Ativos Intangíveis Resultantes de Contratos de Concessão	-9.647	-11.474
6.01.01.18	Obrigações Previdenciárias	65.493	25.357
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-187.652	-328.143
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-94.730	-86.318
6.01.02.02	Saldos e Transações com Partes Relacionadas	11.967	17.715
6.01.02.03	Estoques	6.402	2.799
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-9.911	-51.066
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-18.239	-23.397
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-2.080	1.475
6.01.02.08	Empreiteiros e Fornecedores	-31.765	-84.426
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contribuição Social	35.634	33.832
6.01.02.10	Obrigações Previdenciárias	-32.702	-2.497
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	-58.196	-17.761
6.01.02.12	Serviços Recebidos	42.249	-76.006
6.01.02.13	Outras Obrigações	-2.889	-14.007
6.01.02.14	Provisões	-36.343	-31.708
6.01.02.15	Cofins/Pasep diferidos	2.951	3.222
6.01.03	Outros	-293.588	-352.613
6.01.03.01	Juros Pagos	-171.400	-203.776
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuições Pagos	-122.188	-148.837
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-402.169	-397.509
6.02.01	Aquisição de Bens Ativo Imobilizado	-4.333	-7.084
6.02.02	Aumento de Intangíveis	-451.316	-405.222
6.02.03	Aumento (Redução) Investimento	-346	66
6.02.04	Caixa Restrito	53.826	14.731
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.096	-153.118

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.03.01	Captações	1.194.758	810.284
6.03.02	Amortizações de Empréstimos	-1.189.451	-963.402
6.03.04	Parceria Público-Privada	-10.481	0
6.03.05	Compromissos Contratos de Programa	-24.922	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	211.061	-130.707
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.915.974	2.142.079
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.127.035	2.011.372

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	5.387.634	0	-458.815	11.256.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	5.387.634	0	-458.815	11.256.762
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	496.201	0	496.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	496.201	0	496.201
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	5.387.634	496.201	-458.815	11.752.963

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.203.688	124.255	4.217.953	0	-953	10.544.943
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.203.688	124.255	4.217.953	0	-953	10.544.943
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	491.913	0	491.913
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	491.913	0	491.913
5.07	Saldos Finais	6.203.688	124.255	4.217.953	491.913	-953	11.036.856

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	2.788.784	2.713.407
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.318.847	2.189.407
7.01.02	Outras Receitas	11.729	11.906
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	495.609	550.856
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-37.401	-38.762
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.077.357	-1.101.055
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-901.992	-908.639
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-173.563	-190.272
7.02.04	Outros	-1.802	-2.144
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.711.427	1.612.352
7.04	Retenções	-195.165	-186.495
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-195.165	-186.495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.516.262	1.425.857
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	93.218	85.598
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-150	-1.760
7.06.02	Receitas Financeiras	93.368	87.358
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.609.480	1.511.455
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.609.480	1.511.455
7.08.01	Pessoal	417.667	365.420
7.08.01.01	Remuneração Direta	280.689	243.505
7.08.01.02	Benefícios	114.333	98.270
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.645	23.645
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	558.342	536.927
7.08.02.01	Federais	515.563	499.721
7.08.02.02	Estaduais	14.387	13.007
7.08.02.03	Municipais	28.392	24.199
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	137.270	117.195
7.08.03.01	Juros	121.841	101.168
7.08.03.02	Aluguéis	15.429	16.027
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	496.201	491.913
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	496.201	491.913

Comentário do Desempenho

1. Destaques financeiros

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T12	1T13	Variação	
			R\$	%
(+) Receita operacional antes da receita de construção	2.189,4	2.318,8	129,4	5,9
(+) Receita de construção	550,9	495,6	(55,3)	(10,0)
(=) Receita operacional bruta	2.740,3	2.814,4	74,1	2,7
(-) COFINS E PASEP	162,6	169,4	6,8	4,2
(=) Receita operacional líquida	2.577,7	2.645,0	67,3	2,6
(-) Custos, despesas administrativas e comerciais	1.334,8	1.432,6	97,8	7,3
(-) Custos de construção	539,4	486,0	(53,4)	(9,9)
(=) Custos, despesas adm., comerciais e de construção	1.874,2	1.918,6	44,4	2,4
(+) Resultado da equivalência patrimonial	(1,8)	(0,1)	1,7	-
(=) Resultado antes das financeiras líquidas (EBIT)(*)	701,7	726,3	24,6	3,5
(+) Depreciação e amortização	186,5	195,2	8,7	4,7
(=) EBITDA AJUSTADO (**)	888,2	921,5	33,3	3,7
(%) Margem EBITDA	34,5	34,8		
Lucro líquido	491,9	496,2	4,3	0,9
Quantidade de ações (mil)	683.509	683.509		
Lucro líquido por ação em R\$	0,72	0,73		

(*) Lucro antes dos juros e imposto de renda

Reconciliação do EBITDA Ajustado (Medições não contábeis)

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T12	1T13	Variação	
			R\$	%
Lucro líquido	491,9	496,2	4,3	0,9
Resultado Financeiro	(45,0)	(27,3)	17,7	(39,3)
Depreciação e amortização	186,5	195,2	8,7	4,7
Imposto de renda e contribuição social	263,3	266,2	2,9	1,1
Outras despesas operacionais líquidas (exceto res. de equivalência)	(8,5)	(8,8)	(0,3)	3,5
(=) EBITDA Ajustado**	888,2	921,5	33,3	3,7
(%) Margem EBITDA	34,5	34,8		

(**) O EBITDA Ajustado corresponde ao lucro líquido antes: (i) das despesas de depreciação e amortização; (ii) do imposto de renda e contribuição social (tributos federais sobre a renda); (iii) do resultado financeiro e (iv) outras despesas operacionais líquidas.

No 1T13, a receita operacional líquida totalizou R\$ 2,6 bilhões, um acréscimo de 2,6% em relação ao 1T12.

Os custos e despesas somados aos custos de construção, no montante de R\$ 1,9 bilhão apresentaram um acréscimo de 2,4% em relação ao 1T12.

O EBIT avançou 3,5%, passando de R\$ 701,7 milhões no 1T12 para R\$ 726,3 milhões no 1T13.

O EBITDA ajustado passou de R\$ 888,2 milhões no 1T12 para R\$ 921,5 milhões no 1T13, um aumento de 3,7%.

A margem EBITDA ajustada no 1T13 atingiu 34,8%, comparativamente a 34,5% no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção a margem EBITDA ajustada resulta em 42,4% no 1T13 (43,3% no 1T12).

O lucro líquido fechou o 1T13 em R\$ 496,2 milhões um avanço de 0,9% em relação ao 1T12.

Comentário do Desempenho

2. Receita operacional antes das receitas de construção

A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto apresentou um acréscimo de R\$ 129,4 milhões ou 5,9%, passando de R\$ 2,2 bilhões no 1T12 para R\$ 2,3 bilhões no 1T13.

Os principais fatores responsáveis por esse resultado foram o crescimento do volume faturado em 2,0% no total da companhia, sendo 2,1% em água e 1,9% em esgoto, associados ao reajuste tarifário de 5,15% aplicado desde setembro de 2012.

3. Receita de construção

A receita de construção apresentou um decréscimo de R\$ 55,3 milhões ou 10,0%, quando comparado com o 1T12. A variação se deu principalmente devido ao menor investimento ocorrido no 1T13.

4. Volume faturado

Nos quadros a seguir demonstram-se os volumes faturados de água e esgoto, de acordo com a categoria de uso e região, no 1T12 e 1T13.

TRIMESTRE									
VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO POR CATEGORIA DE USO – milhões de m ³									
Por Categoria	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	1T12	1T13	Var. %	1T12	1T13	Var. %	1T12	1T13	Var. %
Residencial	384,6	389,0	1,1	315,2	321,2	1,9	699,8	710,2	1,5
Comercial	42,9	43,1	0,5	39,7	40,0	0,8	82,6	83,1	0,6
Industrial	9,6	9,6	-	10,4	10,6	1,9	20,0	20,2	1,0
Pública	13,2	12,9	(2,3)	10,1	10,1	-	23,3	23,0	(1,3)
Total varejo	450,3	454,6	1,0	375,4	381,9	1,7	825,7	836,5	1,3
Atacado	73,3	74,5	1,6	6,4	7,3	14,1	79,7	81,8	2,6
Água de Reuso	0,1	5,6	-	-	-	-	0,1	5,6	-
Total Geral	523,7	534,7	2,1	381,8	389,2	1,9	905,5	923,9	2,0

TRIMESTRE									
VOLUME FATURADO DE ÁGUA E ESGOTO POR REGIÃO – milhões de m ³									
Por Região	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	1T12	1T13	Var. %	1T12	1T13	Var. %	1T12	1T13	Var. %
Metropolitana	293,2	296,8	1,2	248,3	252,3	1,6	541,5	549,1	1,4
Regional (2)	157,1	157,8	0,4	127,1	129,6	2,0	284,2	287,4	1,1
Total varejo	450,3	454,6	1,0	375,4	381,9	1,7	825,7	836,5	1,3
Atacado	73,3	74,5	1,6	6,4	7,3	14,1	79,7	81,8	2,6
Água de Reuso	0,1	5,6	-	-	-	-	0,1	5,6	-
Total Geral	523,7	534,7	2,1	381,8	389,2	1,9	905,5	923,9	2,0

(1) Não auditado

(2) Composto pelas regiões do litoral e interior

Comentário do Desempenho

5. Custos, despesas administrativas, comerciais e de construção

No 1T13, os custos dos produtos e serviços prestados, despesas administrativas, comerciais e de construção tiveram um acréscimo de 2,4% (R\$ 44,4 milhões). Desconsiderando os efeitos do custo de construção, os custos e despesas apresentaram um acréscimo de 7,3%. A participação dos custos e despesas na receita líquida passou de 72,7% no 1T12 para 72,5% no 1T13.

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T12	1T13	Variação	
			R\$	%
Salários e encargos	406,3	461,8	55,5	13,7
Materiais gerais	40,5	44,3	3,8	9,4
Materiais de tratamento	44,6	64,9	20,3	45,5
Serviços	265,0	228,7	(36,3)	(13,7)
Energia elétrica	150,3	144,8	(5,5)	(3,7)
Despesas gerais	167,8	215,4	47,6	28,4
Despesas Fiscais	35,0	40,1	5,1	14,6
Sub-total	1.109,5	1.200,0	90,5	8,2
Depreciação e amortização	186,5	195,2	8,7	4,7
Baixa de crédito	38,8	37,4	(1,4)	(3,6)
Custos , despesas administrativa e comerciais	1.334,8	1.432,6	97,8	7,3
Custos de construção	539,4	486,0	(53,4)	(9,9)
Custos, desp. adm., comerciais e de construção	1.874,2	1.918,6	44,4	2,4
% sobre Receita Líquida	72,7	72,5		

5.1. Salários e encargos

No 1T13 ocorreu um acréscimo de R\$ 55,5 milhões ou 13,7% nos salários e encargos, passando de R\$ 406,3 milhões para R\$ 461,8 milhões, em decorrência dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 6,17% desde maio de 2012, com impacto de aproximadamente R\$ 33,0 milhões;
- Provisão para férias com impacto de R\$ 4,3 milhões decorrente de aumento de salários e quantidade de funcionários;
- Aumento de horas extras no valor de R\$ 5,0 milhões; e
- Acréscimo na provisão do Plano de Benefício Definido no valor de R\$ 9,3 milhões, em função de mudanças nas premissas atuariais.

5.2. Materiais gerais

No 1T13 houve um acréscimo de R\$ 3,8 milhões ou 9,4%, quando comparado ao ano anterior, passando de R\$ 40,5 milhões para R\$ 44,3 milhões, relacionados a: (i) manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de operação de água e esgoto, no valor de R\$ 2,0 milhões; e (ii) maiores gastos com conservação de imóveis e instalações no valor de R\$ 1,0 milhão em áreas administrativas e operacionais.

5.3. Materiais de tratamento

Os gastos no 1T13 foram superiores aos do 1T12 em R\$ 20,3 milhões ou 45,5%, passando de R\$ 44,6 milhões para R\$ 64,9 milhões. Essa variação está relacionada aos seguintes fatores:

- Acréscimo de R\$ 5,5 milhões em função do maior consumo de policloreto de alumínio, utilizado principalmente na Estação de Tratamento de Água Guaraú, produto que garante qualidade da água tratada em vazões máximas;

Comentário do Desempenho

- Maior consumo de carvão ativado, com acréscimo de R\$ 3,2 milhões, em função das condições dos mananciais e climáticas; e aumento de preço em aproximadamente 11,73%;
- Maior consumo de cal, devido ao maior volume tratado associado ao aumento de preço em aproximadamente 7% gerando um acréscimo líquido de R\$ 1,7 milhão;
- Maior consumo do cloreto férrico, com acréscimo líquido de R\$ 1,3 milhão, com a finalidade de atender os parâmetros de qualidade no tratamento de água decorrente das fortes chuvas na cidade de Cubatão; e
- Acréscimo de R\$ 8,7 milhões no consumo de produtos, tais como: (i) peróxido de hidrogênio pela inclusão de duas novas elevatórias em Guarujá; (ii) hipoclorito de sódio em substituição ao cloro gás em função da maior eficiência e segurança relacionada à utilização de um produto menos perigoso; e (iii) cloro decorrente do aumento da turbidez e cor na ETA Guaraú.

5.4. Serviços

No 1T13 este item apresentou decréscimo de R\$ 36,3 milhões ou 13,7%, passando de R\$ 265,0 milhões no 1T12 para R\$ 228,7 milhões no 1T13. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram:

- Decréscimo no valor de R\$ 38,3 milhões, decorrente da reversão da provisão com despesas, devido ao encerramento do convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP;
- Decréscimo nos gastos com contratos de risco para a recuperação de créditos no valor de R\$ 4,3 milhões, motivado pela descontinuidade desses contratos em diversas Unidades de Negócio; e
- Serviço de pavimentação e reposição de calçamentos com decréscimo no valor de R\$ 4,2 milhões, relacionado principalmente ao encerramento do contrato de pavimentação com o município de São Bernardo do Campo, cujos serviços foram incluídos no Global Sourcing.

Os seguintes serviços apresentaram acréscimos:

- Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de operação de água e esgoto, no valor de R\$ 4,6 milhões; e
- Acréscimo no valor de R\$ 2,0 milhões, em consequência de novos contratos do Programa de Uso Racional da Água – PURA, em entidades municipais.

5.5. Energia elétrica

No 1T13, este item apresentou decréscimo de R\$ 5,5 milhões ou 3,7%, passando de R\$ 150,3 milhões no 1T12 para R\$ 144,8 milhões no 1T13, principalmente associado à redução média de 25,5% nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD das unidades consumidoras pelo Ambiente de Contratação Livre, como consequência da MP nº 579/12 e Lei nº 12.783/13.

5.6. Despesas gerais

No 1T13 houve um acréscimo de R\$ 47,6 milhões ou 28,4%, passando de R\$ 167,8 milhões no 1T12 para R\$ 215,4 milhões no 1T13, decorrente dos seguintes fatores:

- Provisão de processos judiciais, no valor de R\$ 24,6 milhões;
- Acordos para compensações ambientais, no valor de R\$ 17,3 milhões; e
- Provisão para pagamento ao fundo municipal, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviços com a PMSP, no montante de R\$ 5,0 milhões.

5.7. Depreciação e Amortização

Este item apresentou um acréscimo de R\$ 8,7 milhões ou 4,7%, passando de R\$ 186,5 milhões no 1T12 para R\$ 195,2 milhões no 1T13, resultante da maior transferência de obras para o ativo intangível operacional no período avaliado.

Comentário do Desempenho

5.8. Baixa de créditos

No 1T13 a baixa de crédito apresentou um decréscimo de R\$ 1,4 milhão ou 13,7%, variando de R\$ 38,8 milhões no 1T12 para R\$ 33,5 milhões no 1T13, motivado principalmente pela menor necessidade de provisão.

5.9. Despesas fiscais

No 1T13 houve um acréscimo de R\$ 5,1 milhões ou 14,6%, principalmente no município de São Paulo, em virtude de: (i) reajuste de 5,4% sobre o IPTU, aplicado pela PMSP; e (ii) aumento na planta da Unidade de Negócio Centro.

6. Despesas e receitas financeiras

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T12	1T13	Variação	%
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos internos	82,2	82,5	0,3	0,4
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos externos	20,0	18,4	(1,6)	(8,0)
Juros sobre processos judiciais	52,5	27,2	(25,3)	(48,2)
Outras despesas financeiras	15,8	14,1	(1,7)	(10,8)
Total das despesas financeiras	170,5	142,2	(28,3)	(16,6)
Receitas financeiras	75,8	64,4	(11,4)	(15,0)
Despesas financeiras, líquidas das receitas	94,7	77,8	(16,9)	(17,8)

6.1. Despesas financeiras

No 1T13 ocorreu um decréscimo de R\$ 28,3 milhões, ou 16,6%. O principal fator que influenciou esse resultado foi a menor incidência de juros relacionados a processos judiciais, principalmente com fornecedores e empreiteiras.

6.2. Receitas financeiras

As receitas financeiras apresentaram um decréscimo de R\$ 11,4 milhões, resultante principalmente:

- Decréscimo de R\$ 21,8 milhões nas receitas com aplicações financeiras, pela redução gradual nas taxas de juros de mercado e menor disponibilidade de caixa no período; e
- Acréscimo de R\$ 6,3 milhões nos juros ativos, referente ao período compreendido entre a data da 17ª emissão de debêntures, ocorrida em janeiro de 2013 e a sua respectiva liquidação financeira, efetuada em fevereiro de 2013.

7. Variações monetárias passivas e ativas

	<i>R\$ milhões</i>			
	1T12	1T13	Variação	%
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	8,5	24,1	15,6	183,5
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(159,2)	(129,6)	29,6	(18,6)
Outras variações monetárias/cambiais	22,5	29,4	6,9	30,7
Variações monetárias passivas	(128,2)	(76,1)	52,1	(40,6)
Variações monetárias ativas	11,5	29,0	17,5	152,2
Variações monetárias líquidas	(139,7)	(105,1)	34,6	(24,8)

7.1. Variações monetárias passivas

Comentário do Desempenho

O efeito nas variações monetárias passivas no 1T13 foi de R\$ 52,1 milhões superiores aos valores do 1T12, com destaque para:

- Acréscimo na despesa com variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 29,6 milhões, decorrente: (i) menor valorização do real frente ao dólar americano no 1T13 de 1,4% quando comparado com a variação de 2,9% no 1T12; e (ii) valorização de 10,0% do real frente ao iene no 1T13 (valorização de 9,0% no 1T12);
- Variação monetária sobre empréstimo e financiamentos internos com acréscimo de R\$ 15,6 milhões, principalmente por: (i) aumento do estoque da dívida em função da captação da 17ª emissão de debêntures ocorrida em fevereiro de 2013; e (ii) variação do IPCA em 1,9% no 1T13, quando comparado com a variação de 1,2% no mesmo período de 2012; e
- Despesas relacionadas a processos judiciais no valor de R\$ 4,7 milhões.

7.2. Variações monetárias ativas

As variações monetárias ativas apresentaram um acréscimo de R\$ 17,5 milhões no 1T13, quando comparado ao 1T12. O acréscimo apresentado foi motivado, principalmente por:

- R\$ 6,8 milhões referente ao período compreendido entre a data da 17ª emissão de debêntures (janeiro/13) e a liquidação financeira (fevereiro/13); e
- R\$ 6,5 milhões referente à atualização de depósitos judiciais, decorrente do aumento no saldo dos depósitos referentes às contingências.

8. Indicadores operacionais

Com relação ao índice de perdas, o índice permanece estável e fechou o trimestre em 25,5%.

Cabe destacar que o Programa Corporativo de Redução de Perdas obteve em fevereiro de 2012 um financiamento inédito junto a JICA no montante de R\$ 710 milhões. Os recursos vem apoiar a contratação das ações previstas na 1ª Etapa do Programa, com início de execução programado para o 2º semestre de 2013, a partir de quando se espera a retomada de queda do índice.

Indicadores Operacionais*	1T12	1T13	Var. %
Ligações de água ⁽¹⁾	7.526	7.726	2,7
Ligações de esgoto ⁽¹⁾	5.965	6.172	3,5
População atendida diretamente em água ⁽²⁾	24,0	24,3	1,3
População atendida em esgoto ⁽²⁾	20,6	21,1	2,4
Número de empregados	14.725	15.064	2,3
Volume produzido de água ⁽³⁾	770	762	(1,0)
Perdas de Água (%)	25,7	25,5	(0,8)

(1) Em milhares de unidades no final do período

(2) Em milhões de habitantes, no final do período. Não inclui o fornecimento por atacado

(3) Em milhões de m³ acumulado no final do período

*Não auditado

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais.

Em 31 de março de 2013, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 363 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos.

A SABESP não está operando temporariamente em alguns municípios por força de decisão judicial, cujos processos encontram-se em andamento, são eles: Iperó, Cajobi, Álvares Florense e Macatuba, sendo o valor contábil do intangível desses municípios em 31 de março de 2013 de R\$ 16.536.

Encontram-se vencidas, em 31 de março de 2013, 66 concessões, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2013 e 2034 vencerão 38 concessões. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de março de 2013, foram assinados 259 contratos de programa e metropolitano (em 31 de dezembro de 2012 – 258 contratos).

Em 31 de março de 2013, o valor contábil do intangível utilizado nos 66 municípios em negociação totaliza R\$ 5.801 milhões, que representam 25,94% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 484 milhões, no período de três meses findo em 31 de março de 2013, que representam 17,20% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 50,57% da receita bruta em 31 de março de 2013 (março/2012 – 53,47%) e 43,19% do ativo intangível (dezembro/2012 – 43,51%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, nos próximos 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o

Notas Explicativas

Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. O valor contábil do intangível em 31 de março de 2013 do município de Santos era de R\$ 332.685 (dezembro/2012 – R\$ 328.693) e a receita bruta para o período de três meses findo em 31 de março de 2013 era de R\$ 55.658 (março/2012 – R\$ 54.393).

A Lei 11.445/07 em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012 em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova York (NYSE), na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão das investidas.

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2013.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(i) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais de 31 de março de 2013 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 – Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Assim, portanto, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância

Notas Explicativas

de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 31 de março de 2013, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com CPCs e IFRS para o ano findo em 31 de dezembro de 2012.

2.1 Políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das informações trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2013 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Nas Demonstrações Financeiras Anuais, essas políticas estão divulgadas na Nota 3.

A adoção retrospectiva dos CPCs 19(R2) e 33(R1) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentou os seguintes ajustes:

	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19(R2) (a)	Efeitos do CPC 33(R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Ativo				
Total do ativo circulante	3.336.865	(6.267)	-	3.330.598
Imposto de renda e contribuição social diferidos	141.356	(5.459)	9.405	145.302
Investimentos	-	20.826	-	20.826
Intangível	21.991.922	(24.396)	-	21.967.526
Imobilizado	383.383	(186.673)	-	196.710
Total do ativo não circulante	23.338.928	(202.834)	9.405	23.145.499
Total do Ativo	26.675.793	(209.101)	9.405	26.476.097

	31 de dezembro de 2012			
	Original	Efeitos do CPC 19(R2) (a)	Efeitos do CPC 33(R1) (b)	Após a aplicação dos CPC's
Passivo e patrimônio líquido				
Total do passivo circulante	3.797.370	(39.181)	-	3.758.189
Empréstimos e financiamentos	7.701.929	(169.268)	-	7.532.661
Total do passivo não circulante	11.162.846	(169.920)	468.220	11.461.146
Total do passivo	14.960.216	(209.101)	468.220	15.219.335
Total do patrimônio líquido	11.715.577	-	(458.815)	11.256.762
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	26.675.793	(209.101)	9.405	26.476.097

(a) Adoção do CPC 19(R2)

Notas Explicativas

A Companhia adotou o CPC 19(R2). Dessa forma as empresas investidas em conjunto (Nota 9) passaram a ser classificadas como joint venture estando sujeitas ao reconhecimento contábil pelo método da equivalência patrimonial (CPC 18(R2)). Tal mudança implicou na alteração da consolidação proporcional para contabilização do investimento pelo método da equivalência patrimonial.

A adoção da CPC 19(R2) resultou em alterações na consolidação dos investimentos mantidos pela Companhia na Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho, Saneaqua Mairinque S.A., Aquapolo Ambiental S.A. e Attend Ambiental S/A.

(b) Adoção do CPC 33(R1)

A Companhia adotou o CPC 33(R1). A prática contábil da Companhia até 31 de dezembro de 2012 era contabilizar ganhos e perdas atuariais pelo método do “corredor”, onde os ganhos e perdas decorrentes de alterações em premissas atuariais eram somente reconhecidos no resultado na medida em que superassem o valor do “corredor” e amortizado ao longo da vida média estimada remanescente da população que possui os benefícios; portanto, os ganhos e perda atuariais mensurados num período não eram reconhecidos imediatamente. Como resultado deste método o valor reconhecido no passivo diferia do valor presente estimado das obrigações pelo valor dos ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos.

Com a adoção da nova norma contábil a Sabesp passou a contabilizar no balanço patrimonial o efeito total das perdas atuariais líquidas de imposto de renda e contribuição social, com contrapartida em outros resultados abrangentes; ou seja, sem transitar pelo resultado do exercício. Esta contabilização foi feita nas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2013, com efeito retrospectivo às demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2012.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram contabilizados apenas para o plano G1, uma vez que as despesas do plano G0 são consideradas indedutíveis.

Abaixo é apresentada a reconciliação dos novos saldos patrimoniais das obrigações atuariais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e ao saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2012, afetados pela alteração na norma:

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Saldo das obrigações atuariais conforme prática contábil anterior - G1	577.169	538.619
Efeito da adoção do CPC 33(R1)	27.663	(103.892)
Saldo das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	604.832	434.727
Saldo das obrigações atuariais conforme prática contábil anterior - G0	1.547.161	1.512.078
Efeito da adoção do CPC 33(R1)	440.557	69.522
Saldo das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	1.987.718	1.581.600
Saldo total das obrigações atuariais após mudança de prática contábil	<u>2.592.550</u>	<u>2.016.327</u>

Notas Explicativas

Em função do ajuste descrito acima decorrente da adoção do CPC 33(R1), os saldos das rubricas “Impostos diferidos” no ativo não circulante, “Demais contas a pagar” no passivo não circulante e “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012, relativos aos períodos comparativos à essa informação contábil intermediária, foram ajustados da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Saldo original	Ajuste	Saldo reapresentado	Saldo original	Ajuste	Saldo reapresentado
Ativo não circulante						
Impostos diferidos	135.897	9.405	145.302	177.926	(35.323)	142.603
Passivo não circulante						
Obrigações previdenciárias	2.124.330	468.220	2.592.550	2.050.697	(34.370)	2.016.327
Patrimônio líquido						
Outros resultados abrangentes	11.715.577	(458.815)	11.256.762	10.545.896	(953)	10.544.943

A adoção do CPC 33(R1) não implicou em ajustes nas demonstrações do resultado e do fluxo de caixa apresentados neste formulário.

2.2 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Além dos assuntos divulgados no item 2.1 acima, não há novos CPC's/IFRS ou interpretações aplicáveis pela primeira vez neste trimestre que tenham impactos relevantes para a Companhia. Para maiores detalhes vide Notas Explicativas 4.1 e 4.2 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2012.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, principalmente.

Notas Explicativas

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazo em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro para proteção contra tal risco, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, aproveitando as janelas de oportunidades, para trocar dívidas caras por dívidas mais baratas, reduzindo o custo por meio de antecipação de vencimentos.

Uma parte significativa da dívida financeira da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano e ao iene, no valor total de R\$ 3.262.238 em 31 de março de 2013 (dezembro/2012 – R\$ 3.231.183). A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012 Reapresentado	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.150.558	2.316.994	1.136.274	2.321.976
Empréstimos e financiamentos – Iene	42.516.382	910.701	37.535.650	890.346
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		32.615		12.487
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		<u>1.928</u>		<u>6.374</u>
TOTAL		<u><u>3.262.238</u></u>		<u><u>3.231.183</u></u>

O quadro acima demonstra os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, ressaltando que o saldo se encontra bruto no que se refere a custo de captação que totalizam o valor de R\$ 16.598 em 31 de março de 2013 (dezembro de 2012 – R\$ 15.422).

Em 31 de março de 2013, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o período de três meses findos em 31 de março de 2013 teria sido de R\$ 326.223 (exercício findo em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 323.118), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

Notas Explicativas

	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de março de 2013 (Passiva) em US\$	1.150.558	1.150.558	1.150.558
Taxa do US\$ em 31 de março de 2013	2,0138	2,0138	2,0138
Taxa cambial estimada conforme cenário	2,0500	2,5625	3,0750
Diferença entre as taxas	(0,0362)	(0,5487)	(1,0612)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(41.650)	(631.311)	(1.220.972)
Exposição cambial líquida em 31 de março de 2013 (Passiva) em Iene	42.516.382	42.516.382	42.516.382
Taxa do Iene em 31 de março de 2013	0,02142	0,02142	0,02142
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02092	0,02615	0,03139
Diferença entre as taxas	0,00050	(0,00473)	(0,00997)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - ganho / (perda)	21.258	(201.102)	(423.888)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(20.392)	(832.413)	(1.644.860)

(*) Para o cenário provável em US\$ foi considerado a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de março de 2013, conforme BM&FBovespa. Para a moeda Iene, foi utilizada a cotação média para os próximos 12 meses a partir de 31 de março de 2013, conforme BM&FBovespa.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para se proteger desse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
TR ⁽ⁱ⁾	1.927.206	2.019.924
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.212.010	1.799.830
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	824.565	845.913
IPCA ^(iv)	1.298.801	697.385
LIBOR ^(v)	1.248.679	1.243.058
Juros e encargos	54.648	95.475
Total	6.565.909	6.701.585

Notas Explicativas

- (i) TR - Taxa de Referência
- (ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- (iii) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
- (iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- (v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 31 de março de 2013, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do período de três meses findos em 31 de março de 2013 antes dos impostos teria sido de R\$ 65.659 (exercício findo em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 67.015) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito, saldos com partes relacionadas e indenizações. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seus recursos exclusivamente junto ao Banco do Brasil. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas, Notas 5, 6, 7 e 8.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> Reapresentado
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	2.124.329	1.913.893
Outros (*)	2.706	2.081
	<u>2.127.035</u>	<u>1.915.974</u>

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

<u>Contraparte</u>	<u>Fitch</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard Poor's</u>
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA

Com relação aos ativos financeiros referentes a contas a receber de clientes, o risco de crédito da Companhia é minimizado uma vez que a base de clientes é pulverizada.

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender seus investimentos e despesas operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Abril a dezembro 2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Em 31 de março de 2013							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	933.750	938.245	1.425.257	1.300.913	984.047	6.812.952	12.395.164
Empreiteiros e fornecedores	210.291	-	-	-	-	-	210.291
Serviços a pagar	431.340	-	-	-	-	-	431.340
Obrigações previdenciárias	172.055	235.667	242.192	249.770	257.442	1.880.988	3.038.114
Parceria Público-Privada – PPP	31.443	41.925	41.925	41.925	41.925	262.031	461.174
Compromissos Contrato de Programa	167.106	36.227	76.052	4.222	1.911	37.203	322.721
Outras Obrigações	131.919	153.957	-	-	-	-	285.876

Notas Explicativas

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total Reapresentado
Em 31 de dezembro de 2012							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.743.344	1.221.613	1.660.890	1.100.013	779.905	5.678.481	12.184.246
Empreiteiros e fornecedores	295.392	-	-	-	-	-	295.392
Serviços a pagar	389.091	-	-	-	-	-	389.091
Obrigações previdenciárias	229.406	235.667	242.192	249.770	257.442	1.880.988	3.095.465
Parceria Público-Privada – PPP	41.925	41.925	41.925	41.925	41.925	305.193	514.818
Compromissos Contrato de Programa	160.784	11.227	66.052	4.222	1.911	37.204	281.400
Outras Obrigações	159.055	168.766	-	-	-	-	327.821

Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases acima.

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia implicará no vencimento antecipado desses contratos. Constantemente são monitorados os indicadores a fim de evitar a execução de tal cláusula.

(d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

31 de março de 2013

Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Ativo				
CDI	2.037.459	8,5000% (*)	10,6250%	12,7500%
Receita financeira		173.184	216.480	259.776
Passivo				
CDI	1.212.010	8,5000% (*)	10,6250%	12,7500%
Juros à incorrer		(103.021)	(128.776)	(154.531)
Exposição líquida - CDI		70.163	87.704	105.245

Notas Explicativas**31 de março de 2013**

Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Passivo				
TR	1.927.206	0,2030%(*)	0,2538%	0,3045%
Despesa à incorrer		(3.912)	(4.891)	(5.868)
TJLP	824.565	5,0000%(*)	6,2500%	7,5000%
Juros à incorrer		(41.228)	(51.535)	(61.842)
IPCA	1.298.801	5,6800%(*)	7,1000%	8,5200%
Despesa à incorrer		(73.771)	(92.214)	(110.658)
LIBOR	1.248.679	0,3510(**)	0,4388%	0,5266%
Juros à incorrer		(4.382)	(5.479)	(6.575)
Despesas totais líquidas à incorrer		<u>(53.130)</u>	<u>(66.415)</u>	<u>(79.698)</u>

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 28/03/2013

(**) Fonte do índice: Bloomberg

(i) Refere-se ao cenário de juros à incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de março de 2013 ou até a data dos vencimentos dos contrato, o que for menor.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Total de empréstimos e financiamentos	8.829.563	8.875.255
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.127.035)</u>	<u>(1.915.974)</u>
Dívida líquida	6.702.528	6.959.281
Total do patrimônio líquido	<u>11.752.963</u>	<u>11.256.762</u>
Capital total	<u>18.455.491</u>	<u>18.216.043</u>
Índice de alavancagem	<u>36%</u>	<u>38%</u>

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013, o índice de alavancagem diminuiu para 36% comparado com 38% em 31 de dezembro de 2012, devido ao aumento do capital próprio decorrente do lucro apurado no trimestre.

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

3.4 Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012 Reapresentado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.127.035	2.127.035	1.915.974	1.915.974
Caixa restrito	11.151	11.151	64.977	64.977
Contas a receber de clientes	1.424.392	1.424.392	1.374.632	1.374.632
Saldos com partes relacionadas	257.655	257.655	262.371	262.371
Agência Nacional de Água – ANA	102.366	102.366	108.099	108.099
Demais contas a receber	164.999	164.999	141.027	141.027
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (i) a (vii)	8.829.563	9.297.403	8.875.255	9.201.317
Empreiteiros e fornecedores	210.291	210.291	295.392	295.392
Serviços a pagar	431.340	431.340	389.091	389.091
Compromissos contratos de programa	275.544	275.544	235.627	235.627
Parceria público-privada - PPP	345.836	345.836	356.317	356.317

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas as taxas foram obtidas da BM&F.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as

Notas Explicativas

características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F Bovespa.
- (v) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de março de 2013.
- (vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando à taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de março de 2013.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de março de 2013.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Não houve alteração em relação ao apresentado nas Demonstrações Financeiras Anuais em 31 de dezembro de 2012, conforme Nota 5.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Caixa e bancos	89.576	119.397
Equivalentes de caixa	2.037.459	1.796.577
	<u>2.127.035</u>	<u>1.915.974</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por operações compromissadas (remuneradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em março a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100,5% do CDI (dezembro/2012 – 100,01%).

Notas Explicativas

6. CAIXA RESTRITO

Em 31 de março de 2013, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R\$ 11.151, referente, principalmente à inadimplência no município de São Paulo, onde a Companhia repassa 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal (dezembro/2012 – R\$ 64.977).

A variação ocorrida no período de janeiro a março de 2013 quando comparada com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, refere-se principalmente a liberação da restrição de uso dos recursos pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

(a) Saldos patrimoniais

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	945.709	949.800
Acordos (iii)	265.244	249.470
	<u>1.210.953</u>	<u>1.199.270</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	619.170	610.779
Federais	4.073	3.150
Acordos (iii)	173.809	181.271
	<u>797.052</u>	<u>795.200</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	602.195	578.314
Mauá	293.006	281.398
Mogi das Cruzes	15.189	15.202
Santo André	638.832	620.276
São Caetano do Sul	4.358	2.072
Diadema	188.198	180.465
	<u>1.741.778</u>	<u>1.677.727</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais		
	<u>470.298</u>	<u>425.843</u>
Fornecimento a faturar		
	<u>4.220.081</u>	<u>4.098.040</u>
Subtotal		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.795.689)</u>	<u>(2.723.408)</u>
Total	<u>1.424.392</u>	<u>1.374.632</u>

Notas Explicativas

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Circulante	1.067.729	1.038.945
Não circulante (v)	356.663	335.687
	<u>1.424.392</u>	<u>1.374.632</u>

No período de janeiro a março de 2013, não houve alterações relevantes em relação as operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

(i) Rol comum – residenciais, pequenas e médias empresas.

(ii) Rol especial – grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos – parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

(iv) Por atacado - prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP os quais possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão classificados no ativo não circulante.

	<u>Período de três meses findo</u> <u>em 31 de março de 2013</u>	<u>Exercício de doze meses findo</u> <u>em 31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Saldo no início do período	1.677.727	1.486.342
Faturamento por serviços prestados	103.158	394.922
Recebimentos – serviços do exercício corrente	(16.165)	(165.967)
Recebimentos – serviços dos exercícios anteriores	(22.942)	(37.570)
	<u>1.741.778</u>	<u>1.677.727</u>
Saldo no final do período	<u>1.741.778</u>	<u>1.677.727</u>
Circulante	34.481	33.924
Não circulante	1.707.297	1.643.803

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas junto a clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

Notas Explicativas

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Valores a vencer	1.107.045	1.091.834
Vencidos:		
Até 30 dias	221.652	197.936
Entre 31 e 60 dias	94.682	97.426
Entre 61 e 90 dias	69.222	61.527
Entre 91 e 120 dias	54.721	50.729
Entre 121 e 180 dias	92.520	89.297
Entre 181 e 360 dias	154.018	139.788
Acima de 360 dias	2.426.221	2.369.503
Total vencidos	<u>3.113.036</u>	<u>3.006.206</u>
Total	<u><u>4.220.081</u></u>	<u><u>4.098.040</u></u>

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Saldo no início do período	2.723.408	2.436.428
De particular/entidades públicas	21.588	33.672
Recuperações	(5.960)	(10.287)
De fornecimento por atacado	56.653	58.846
Adições no período	<u>72.281</u>	<u>82.231</u>
Saldo no final do período	<u><u>2.795.689</u></u>	<u><u>2.518.659</u></u>
Circulante	1.269.932	1.171.918
Não circulante	1.525.757	1.346.741

Reconciliação provisão para perdas no resultado	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012</u> <u>Reapresentado</u>
Perdas (baixa)	21.232	15.377
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	541	-
Provisão particular/entidades públicas	21.588	33.672
Recuperações	<u>(5.960)</u>	<u>(10.287)</u>
Saldo	<u><u>37.401</u></u>	<u><u>38.762</u></u>

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

Notas Explicativas**8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receitas e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto	115.458	113.027
Provisão para perdas	(48.072)	(47.531)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão –acordo Gesp	35.278	35.278
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – fluxo mensal	10.939	8.499
Total do circulante	<u>113.603</u>	<u>109.273</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos – Acordo GESP	144.052	153.098
Total do não circulante	<u>144.052</u>	<u>153.098</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>257.655</u>	<u>262.371</u>
Prestação de serviços de água e esgoto	67.386	65.496
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	190.269	196.875
Total	257.655	262.371
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	228.214	228.214

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u> <u>Reapresentado</u>
Receita bruta de vendas e serviços prestados		
Venda de água	54.500	54.476
Serviços de esgoto	48.181	48.124
Recebimentos de partes relacionadas	(100.893)	(108.698)
Receitas financeiras	32.448	54.609
Recebimento de reembolso GESP referente à Lei 4.819/58	23.099	24.027

Notas Explicativas

No período de janeiro a março de 2013, não houve alterações relevantes em relação às operações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Ver detalhes adicionais e explicações sobre as naturezas das transações com partes relacionadas na Nota Explicativa 9 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

(b) Ativos contingentes - GESP (não contabilizados)

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a SABESP possui ativos contingentes com o GESP, não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei 4819), conforme abaixo:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Valores controversos a receber	668.310	654.927
Valor incontroverso referente à transferência para a SABESP dos reservatórios no sistema Alto Tietê	<u>696.283</u>	<u>696.283</u>
Total	1.364.593	1.351.210

Durante o período de janeiro a março de 2013, não houve alterações importantes nas negociações nem no andamento das ações judiciais. Ver detalhes adicionais e explicações sobre a natureza destas contingências ativas na Nota Explicativa 9 (vii) das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

(c) Acordos para utilização de Reservatórios

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE pretende o pagamento de crédito e compensação financeira pela utilização da água dos reservatórios Guarapiranga e Billings, que a SABESP utiliza em suas operações, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, havendo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Três ações foram ajuizadas, sendo duas cautelares para interrupção da prescrição e uma para instituição de compromisso arbitral, por força de uma cláusula compromissória existente no convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e a antiga Light, no ano de 1958.

Entende a acionante que a divergência de entendimentos havida entre ela e a SABESP deveria ser resolvida no âmbito do Tribunal Arbitral, argumento rebatido pela SABESP que, por sua vez, defende não se vincular a um convênio o qual sua antecessora apenas participou como interveniente.

Foi determinada a instituição do compromisso arbitral em fevereiro de 2012, decisão esta atacada por recurso de apelação, pendente de admissibilidade. Foi formulado pedido de suspensão dos efeitos da sentença ao Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo que restou indeferido. Não obstante, em face deste recurso não possuir efeito suspensivo, a EMAE ingressou com pedido de instauração de procedimento arbitral junto ao Centro de Arbitragem Amcham. A SABESP se utilizará dos meios disponíveis junto aos tribunais de Justiça e Arbitral para defender sua tese. A empresa entende que a expectativa para este caso é de possível perda, não sendo possível estimar o valor envolvido em face de não ter sido delimitado o pedido, sendo, por ora, indeterminado.

Notas Explicativas

(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(e) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a eles relacionados.

(f) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 31 de março de 2013, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP a outras entidades estaduais somaram R\$ 2.761 (março/2012 – R\$ 2.750).

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 não houve gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP.

(g) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 951 e R\$ 958 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(h) Ativos não operacionais

A Companhia possuía em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 969 referente a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(i) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – (“SABESPREV”). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de março de 2013 é de R\$ 623.531 (dezembro/2012 – R\$ 604.832, com efeito da CPC 33(R1)).

(j) Remuneração da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretores foram de R\$ 750 e R\$ 756 para os períodos de janeiro a março de 2013 e ao mesmo período de 2012, respectivamente, e refere-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R\$ 141, referente ao programa de bônus dos Diretores, foi registrada no período de janeiro a março de 2013 (R\$ 274 – janeiro a março de 2012).

(k) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

Notas Explicativas

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE), onde não possui maioria das ações, porém possui voto qualificado e poder de veto em algumas matérias. Desta forma, estas SPE's são consideradas para fins contábeis como controladas em conjunto.

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S.A, Águas de Castilho S.A e Aquapolo Ambiental S.A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Os contratos firmados em 19 de janeiro de 2012 com Águas de Andradina e Águas de Castilho, foram liquidados em julho de 2012, conforme previsão contratual. Em 18 de julho de 2012 foram assinados novos contratos na mesma modalidade, com ambas as empresas, conforme condições apresentadas no quadro abaixo. O contrato firmado com a Aquapolo Ambiental, em 30 de março de 2012, permanece com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Limite de crédito	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Taxa de juros	Vencimento
Águas de Andradina	3.467	1.427	13	SELIC + 3,5 % a.a.	17/07/2013
Águas de Castilho	675	403	4	SELIC + 3,5 % a.a.	17/07/2013
Aquapolo Ambiental	5.629	5.629	135	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016
Aquapolo Ambiental	19.000	19.000	433	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2015
Totais	28.771	26.459	585		

O valor desembolsado está contabilizado no Ativo da Companhia na rubrica "Demais Contas a Receber", sendo R\$ 1.830 de principal e R\$ 44 de juros classificados no Ativo Circulante e R\$ 24.629 de principal e R\$ 2.163 de juros no Ativo Não Circulante. Em 31 de março de 2013 o saldo de principal e juros destes contratos é de R\$ 28.666. No período de janeiro a março de 2013, a receita financeira foi impactada em R\$ 585 (janeiro a março de 2012 – R\$ 16).

9. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação nas seguintes investidas: Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental e Attend Ambiental as quais foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis de suas investidas são uniformes em relação às políticas da Companhia.

Embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo (joint venture – CPC 19).

Ver informações sobre as atividades destas empresas na Nota Explicativa 2.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2013, não houve alterações significativas nas operações destas investidas.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

Notas Explicativas

Empresa	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação		Patrimônio líquido		Resultado do período	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Sesamm	6.028	5.760	268	393	36%	36%	16.744	15.999	745	1.092
Águas de Andradina	803	751	52	(170)	30%	30%	2.677	2.503	172	(567)
Águas de Castilho	534	474	60	48	30%	30%	1.780	1.580	200	160
Saneaqua Mairinque	743	722	21	(60)	30%	30%	2.477	2.407	70	(200)
Attend Ambiental	4.145	4.379	(232)	(1.802)	45%	45%	9.211	9.731	(516)	(4.004)
Aquapolo Ambiental	8.220	8.538	(319)	(169)	49%	49%	16.775	17.424	(651)	(345)
Total	20.473	20.624	(150)	(1.760)			49.664	49.644	21	(3.864)
Outros investimentos	549	203								
Total geral	21.022	20.826								

31 de março de 2013

	Sesamm 36%	Águas de Andradina 30%	Águas de Castilho 30%	Saneaqua Mairinque 30%	Aquapolo Ambiental 49%	Attend Ambiental 45%	TOTAL
Ativo circulante	983	1.806	336	375	20.551	927	24.978
Ativo não circulante	19.478	4.169	1.001	879	178.625	3.517	207.669
Passivo circulante	582	4.615	702	478	17.574	299	24.250
Passivo não circulante	13.851	557	101	33	173.382	-	187.924
Patrimônio líquido	6.028	803	534	743	8.220	4.145	20.473

31 de dezembro de 2012

	Sesamm 36%	Águas de Andradina 30%	Águas de Castilho 30%	Saneaqua Mairinque 30%	Aquapolo Ambiental 49%	Attend Ambiental 45%	TOTAL
Ativo circulante	875	2.199	404	414	15.247	1.976	21.115
Ativo não circulante	19.609	3.934	904	858	181.749	2.570	209.624
Passivo circulante	822	4.827	757	535	31.411	167	38.519
Passivo não circulante	13.902	555	77	15	157.047	-	171.596
Patrimônio líquido	5.760	751	474	722	8.538	4.379	20.624

Notas Explicativas**31 de março de 2013**

	Sesamm 36%	Águas de Andradina 30%	Águas de Castilho 30%	Saneaqua Mairinque 30%	Aquapolo Ambiental 49%	Attend Ambiental 45%	TOTAL
Receita operacional	303	1.043	375	685	9.706	59	12.171
Despesa operacional	(596)	(1.023)	(321)	(666)	(10.052)	(312)	(12.970)
Receitas financeiras líquidas	561	32	6	2	27	21	649
Lucro (prejuízo) no período	268	52	60	21	(319)	(232)	(150)

31 de março de 2012

	Sesamm 36%	Águas de Andradina 30%	Águas de Castilho 30%	Saneaqua Mairinque 30%	Aquapolo Ambiental 49%	Attend Ambiental 45%	TOTAL
Receita operacional	5.823	4.046	895	652	-	-	11.416
Despesa operacional	(5.482)	(4.259)	(855)	(719)	(1.802)	(287)	(13.404)
Receitas financeiras líquidas	52	43	8	7	-	118	228
Lucro (prejuízo) no período	393	(170)	48	(60)	(1.802)	(169)	(1.760)

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Em 31 de março de 2013 o saldo de "Propriedades para investimento" é de R\$ 54.039 (dezembro/2012 – R\$ 54.046). Em 31 de março de 2013, o valor de mercado destas propriedades era de R\$ 295.538 (dezembro/2012 – R\$ 295.538).

11. INTANGÍVEL**(a) Saldos patrimoniais**

	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	8.241.070	(1.438.550)	6.802.520	8.408.007	(1.511.813)	6.896.194
Contratos de concessão – valor econômico	1.430.263	(303.991)	1.126.272	1.402.854	(292.918)	1.109.936
Contratos de programa	5.706.278	(1.614.786)	4.091.492	5.288.541	(1.469.369)	3.819.172
Contratos de programa – compromissos	685.599	(62.293)	623.306	627.989	(56.898)	571.091
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	10.788.910	(1.130.900)	9.658.010	10.604.942	(1.036.455)	9.568.487
Licença de uso de software	119.648	(55.330)	64.318	55.615	(52.969)	2.646
Total	26.971.768	(4.605.850)	22.365.918	26.387.948	(4.420.422)	21.967.526

Notas Explicativas

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Adições	Renovação Contrato	Transferência	Baixas e alienações	Amortização	31 de março de 2013
Intangíveis decorrentes de:							
Contrato de concessão valor patrimonial	6.896.194	83.409	(148.704)	253	(407)	(28.225)	6.802.520
Contratos de concessão - valor econômico	1.109.936	27.517	-	-	-	(11.181)	1.126.272
Contratos de programa	3.819.172	171.829	148.704	(212)	(2)	(47.999)	4.091.492
Contratos de programa – compromissos	571.091	57.609	-	-	-	(5.394)	623.306
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	9.568.487	183.877	-	-	(18)	(94.336)	9.658.010
Licença de uso de software	2.646	64.033	-	-	-	(2.361)	64.318
Total	21.967.526	588.274	-	41	(427)	(189.496)	22.365.918

Em 19 de março de 2013, a Companhia renovou o contrato com o município de Presidente Prudente por 30 anos.

(c) Serviços de construção

	31 de março de 2013		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	208.518	277.444	485.962
Reconhecimento da receita de construção	212.296	283.313	495.609

	31 de março de 2012 Reapresentado		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	236.102	303.280	539.382
Reconhecimento da receita de construção	240.571	310.285	550.856

(d) Informações gerais

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2013 não houve alterações significativas nos critérios de contabilização do intangível e modalidades de contratos. Ver informações adicionais na Nota Explicativa 11 (d) das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A Companhia possui obrigações registradas na conta “Compromissos Contratos de Programa” no passivo circulante (no montante de R\$ 156.676 e R\$ 148.220 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente) e não circulante (no montante de R\$ 118.868 e R\$ 87.407 em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente).

Notas Explicativas

Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. No primeiro trimestre de 2013 iniciou a implantação de solução integrada de gestão empresarial (Sistema ERP).

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$ 64.318 e R\$ 2.646, respectivamente.

(e) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou, no primeiro trimestre de 2013 e no primeiro trimestre de 2012, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R\$ 427 e R\$ 905, respectivamente, motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis.

(f) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

No primeiro trimestre de 2013, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 57.659 com um taxa média de 1,27%. No primeiro trimestre de 2012 foi capitalizado R\$ 60.929 com um taxa média de 1,14% durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(g) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta significativamente aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. No primeiro trimestre de 2013 e no primeiro trimestre de 2012 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para o primeiro trimestre de 2013 e primeiro trimestre de 2012 foi de R\$ 9.647 e R\$ 11.474, respectivamente.

(h) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objetos dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 31 de março de 2013, o total referente às desapropriações foi de R\$ 3.832 (março/2012 – R\$ 1.646).

(i) Ativos dados em garantia

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha ativos no valor de R\$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial – Paes (Nota 14).

(j) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP e a CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, sociedade de propósito específico formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiapuê, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado à PPP, era de R\$ 410.134 e R\$ 426.791, respectivamente.

(k) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 5,3 bilhões de obras em andamento em 31 de março de 2013 (dezembro/2012 – R\$ 5,1 bilhões).

(l) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 4,0% em 31 de março de 2013 (março/2012 – 4,1%).

12. IMOBILIZADO

(a) Saldos patrimoniais

	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012 Reapresentado		
	Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
		acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Terrenos	88.328	-	88.328	88.328	-	88.328
Edificações	56.339	(31.106)	25.233	56.339	(30.778)	25.561
Equipamentos	193.642	(126.100)	67.542	191.202	(121.569)	69.633
Equipamentos de transporte	14.606	(7.033)	7.573	13.882	(7.267)	6.615
Móveis e utensílios	16.332	(10.089)	6.243	16.203	(10.016)	6.187
Outros	1.048	(681)	367	1.109	(723)	386
	<u>370.295</u>	<u>(175.009)</u>	<u>195.286</u>	<u>367.063</u>	<u>(170.353)</u>	<u>196.710</u>

Notas Explicativas**(b) Movimentação**

	31 de dezembro de 2012			Baixas e alienações	Depreciação	31 de março de 2013
	Reapresentado	Adições	Transferência			
Terrenos	88.328	-	-	-	-	88.328
Edificações	25.561	-	-	-	(328)	25.233
Equipamentos	69.633	2.880	(36)	(22)	(4.913)	67.542
Equipamentos de transporte	6.615	1.157	45	-	(244)	7.573
Móveis e utensílios	6.187	296	(38)	(25)	(177)	6.243
Outros	386	-	(12)	-	(7)	367
	<u>196.710</u>	<u>4.333</u>	<u>(41)</u>	<u>(47)</u>	<u>(5.669)</u>	<u>195.286</u>

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente: edificações 2%; equipamentos 5%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação no primeiro trimestre de 2013 e no primeiro trimestre de 2012 foi de 10,8% e 10,8%, respectivamente.

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EM MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil	388.782	-	388.782	380.631	100.306	480.937
Debêntures 10ª Emissão	36.295	248.595	284.890	36.459	252.166	288.625
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	472.500	535.949	1.008.449
Debêntures 12ª Emissão	-	499.488	499.488	-	499.511	499.511
Debêntures 14ª Emissão	2.008	284.739	286.747	-	284.649	284.649
Debêntures 15ª Emissão	-	803.062	803.062	-	791.451	791.451
Debêntures 16ª Emissão	-	499.481	499.481	-	499.457	499.457
Debêntures 17ª Emissão	-	1.007.907	1.007.907	-	-	-
Caixa Econômica Federal	113.705	921.460	1.035.165	116.867	918.756	1.035.623
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	-	-	4.154	-	4.154
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	93.778	110.087	16.309	97.855	114.164
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	8.447	78.132	86.579	8.447	80.244	88.691
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	90	6.410	6.500	-	6.500	6.500
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	-	13.000	13.000	-	13.000	13.000
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	19.230	211.225	230.455	19.230	216.026	235.256
Arrendamento Mercantil	-	281.153	281.153	-	215.774	215.774
Outros	603	2.804	3.407	763	2.923	3.686
Juros e Demais Encargos	47.220	-	47.220	89.567	-	89.567
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	632.689	4.951.234	5.583.923	1.144.927	4.514.567	5.659.494

Notas Explicativas

	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
EM MOEDA ESTRANGEIRA						
Inter-American Development Bank – BID US\$ 429.057 mil	76.834	781.841	858.675	77.967	770.494	848.461
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD – US\$ 29.386 mil	-	58.778	58.778	-	54.492	54.492
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	281.525	281.525	-	285.655	285.655
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	697.903	697.903	-	708.076	708.076
JICA 15– Iene 19.015.095 mil	24.684	382.619	407.303	27.335	437.371	464.706
JICA 18 – Iene 17.096.640 mil	22.195	343.671	365.866	24.578	392.894	417.472
JICA 17 – Iene 382.378 mil	-	7.949	7.949	-	7.524	7.524
JICA 19 – Iene 6.022.269 mil	-	128.509	128.509	-	1	1
BID 1983AB – US\$ 202.115 mil	48.215	356.374	404.589	48.926	361.587	410.513
Juros e Demais Encargos	34.543	-	34.543	18.861	-	18.861
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	206.471	3.039.169	3.245.640	197.667	3.018.094	3.215.761
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	839.160	7.990.403	8.829.563	1.342.594	7.532.661	8.875.255

Cotação de 31 de março de 2013 - US\$ 1,00 = R\$ 2,0138; ¥ 1,00 = R\$ 0,021420 (em 31 de dezembro de 2012 - US\$ 1,00 = R\$ 2,0435; ¥ 1,00 = R\$ 0,023720)

Em 31 de março de 2013 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados durante o ano com vencimento em até 12 meses.

Notas Explicativas

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
EM MOEDA NACIONAL				
Banco do Brasil	GOV. EST. S. PAULO E RECURSOS PRÓPRIOS	2014	8,50%	TR
Debêntures 10ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2020	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª série) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 11ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 1,95% (1ª série) e CDI + 1,4% (2ª série)	
Debêntures 12ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2022	TJLP + 1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 16ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	CDI + 0,30% à 0,70%	
Debêntures 17ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	CDI + 0,75% (1ª série), IPCA + 4,5% (2ª série), IPCA + 4,75% (3ª série)	IPCA
Caixa Econômica Federal	RECURSOS PRÓPRIOS	2013/32	6,8% (ponderado)	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	RECURSOS PRÓPRIOS	2013	3% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	2,5% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	2,15% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	RECURSOS PRÓPRIOS	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,92% + TJLP	
Outros	RECURSOS PRÓPRIOS	2018/2025	TJLP + 6% / 12%	TR
EM MOEDA ESTRANGEIRA				
Inter-American Development Bank – BID	GOVERNO FEDERAL	2016/2017/2025/2035	1,19% a 3,00% (i)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD – US\$ 29.386 mil	GOVERNO FEDERAL	2034	0,75%	US\$
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	2016	7,50%	US\$
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 19.015.095 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18– Iene 17.096.640 mil	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17– Iene 382.378 mil	GOVERNO FEDERAL	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19– Iene 6.022.269 mil	GOVERNO FEDERAL	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 202.115 mil	-	2023	2,4% a 2,9%	US\$

Notas Explicativas

A Companhia apresentou as principais movimentações em empréstimos e financiamentos para o período findo em 31 de março de 2013. As demais informações sobre empréstimos e financiamentos estão apresentadas na Nota Explicativa 13 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2012.

(i) 17ª emissão de Debêntures

Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia emitiu a 17ª Emissão de Debêntures Simples. As debêntures são da forma nominativa, escritural, não conversíveis em Ações, da espécie quirografária, em três séries, cujas características são as seguintes:

Data Emissão: 15 de janeiro de 2013.

Valor Total: R\$ 1.000.000, quantidade 100.000, em três séries, valor unitário R\$ 10.

	<u>Valor</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
1ª Série	424.680		DI+ 0,75% a.a.	Semestral (janeiro e julho)	Anual (a partir de janeiro 2016)	Janeiro/2018
2ª Série	395.230	IPCA	4,50% a.a.	Anual (janeiro)	Anual (a partir de janeiro 2019)	Janeiro/2020
3ª Série	180.090	IPCA	4,75% a.a.	Anual (janeiro)	Anual (a partir de janeiro 2021)	Janeiro/2023
Total	<u>1.000.000</u>					

Resgate Antecipado: não haverá

Os recursos provenientes da captação por meio da 17ª Emissão das Debêntures foram destinados, exclusivamente, da seguinte forma: R\$ 500.000 para liquidação de compromissos financeiros vencidos em 2013, e até R\$ 500.000 para resgate antecipado de outras dívidas da Companhia.

(ii) Resgate da 11ª emissão de Debêntures

Em março de 2013 a Companhia efetuou o resgate total da 11ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 1.060.428.

(iii) Cronograma de liquidação de empréstimos e financiamentos

O volume total de dívida a ser pago até o final de 2013 é de R\$ 650.952, sendo o montante indexado à moeda estrangeira no valor de R\$ 172.683 e o montante de R\$ 478.269 refere-se a valores a vencer de juros e principal de empréstimos em reais.

Notas Explicativas

	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	2019 em diante	<u>TOTAL</u>
PAÍS								
Banco do Brasil	288.476	100.306	-	-	-	-	-	388.782
Caixa Econômica Federal	87.764	79.586	58.065	57.546	60.249	63.693	628.262	1.035.165
Debêntures	30.717	79.547	712.338	353.002	355.012	520.541	1.330.418	3.381.575
BNDES Bx Santista	12.232	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.310	110.087
BNDES PAC	6.335	8.447	8.447	8.447	8.447	8.447	38.009	86.579
BNDES PAC II 9751	-	813	1.083	1.083	1.083	1.083	1.355	6.500
BNDES PAC II 9752	-	-	813	1.083	1.083	1.083	8.938	13.000
BNDES Onda Limpa	14.423	19.230	19.230	19.230	19.230	19.230	119.882	230.455
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	281.153	281.153
Outros	484	497	560	631	711	524	-	3.407
Juros e Encargos	<u>37.838</u>	<u>9.382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.220</u>
Em moeda nacional	478.269	314.117	816.845	457.331	462.124	630.910	2.424.327	5.583.923
EXTERIOR								
BID	66.485	76.834	76.834	76.834	88.620	38.078	434.990	858.675
BIRD	-	-	-	-	-	-	58.778	58.778
Euro Bônus	-	-	-	281.525	-	-	697.903	979.428
JICA	23.440	46.880	46.880	46.880	47.101	47.322	651.124	909.627
BID 1983AB	48.215	48.215	48.215	48.215	48.215	47.805	115.709	404.589
Juros e Encargos	<u>34.543</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34.543</u>
Em moeda estrangeira	<u>172.683</u>	<u>171.929</u>	<u>171.929</u>	<u>453.454</u>	<u>183.936</u>	<u>133.205</u>	<u>1.958.504</u>	<u>3.245.640</u>
Total Geral	<u>650.952</u>	<u>486.046</u>	<u>988.774</u>	<u>910.785</u>	<u>646.060</u>	<u>764.115</u>	<u>4.382.831</u>	<u>8.829.563</u>

(iv) Compromissos Financeiros – “Covenants”

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas relativas ao atendimento de alguns índices financeiros com comprovações trimestrais ou anuais.

17ª Emissão de Debêntures

Os indicadores são calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeira anuais:

Dívida Total Ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65; e
Ebitda/Despesas Financeiras Pagas igual ou superior a 1,5.

A falta de cumprimento dos indicadores, pela Emissora, levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de cross default, ou seja, vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$ 90.000 (noventa milhões), em razão de

Notas Explicativas

inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão, levará antecipado deste contrato.

As outras cláusulas de *covenants* são as mesmas demonstradas na Nota 13 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2013, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(v) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

A SABESP para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, os quais são liberados para a execução de seus respectivos investimentos.

<u>Agente</u>	<u>31 de março de 2013</u>
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	1.096
Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA	810
Inter-American Development Bank - BID	892
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	548
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	144
Outros	53
TOTAL	3.543

(* Utilizada cotação de fechamento de 31 de março de 2013. (US\$ 1,00 = R\$ 2,0138; ¥ 1,00 = R\$ 0,021420).

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Ativo circulante

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> Reapresentado
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social	-	100.225
IRRF sobre aplicações financeiras	3.195	14.302
Outros tributos federais	3.628	3.238
Outros tributos municipais	656	656
Total dos tributos a recuperar	<u>7.479</u>	<u>118.421</u>

A redução do ativo circulante deve-se principalmente pela utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social de 2012, para a quitação dos valores apurados desses mesmos tributos, no primeiro trimestre de 2013.

Notas Explicativas

b) Passivo

	Circulante	
	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Imposto de renda e contribuição social	44.527	-
Cofins e Pasep	42.461	46.576
Paes	9.582	19.011
INSS	28.310	29.401
IRRF	283	41.588
Outros	14.183	16.134
Total	139.346	152.710

A queda no passivo circulante decorre principalmente pelo pagamento do imposto de renda retido na fonte dos juros sobre o capital próprio declarado em dezembro de 2012, pelo pagamento das parcelas do Paes no período e inversamente pelo imposto de renda e contribuição social a pagar apurados no primeiro trimestre de 2013.

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R\$ 316.953, como segue:

Imposto	Principal	Multa	Juros	Total
Cofins	132.499	13.250	50.994	196.743
Pasep	5.001	509	2.061	7.571
Refis	112.639	-	-	112.639
Total	250.139	13.759	53.055	316.953

O débito relativo ao Paes (Parcelamento Especial) está sendo pago em 120 meses. Os montantes pagos de janeiro a março de 2013 e no exercício de 2012 foram de R\$ 9.546 e R\$ 37.421, respectivamente, e foram registradas despesas financeiras de R\$ 117 e R\$ 479, no primeiro trimestre de 2013 e 2012, respectivamente. O saldo devedor em 31 de março de 2013 era de R\$ 9.582. Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R\$ 249.034, continuam a garantir os valores do Programa Paes.

Notas Explicativas

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

a) Saldos patrimoniais

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u> Reapresentado
Impostos diferidos ativo (i)		
Provisões	541.318	512.107
Obrigações previdenciárias – G1	199.483	193.125
Obrigações previdenciárias – G0 (1)	85.271	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	40.913	41.312
Provisão para perdas de crédito	167.861	162.670
Ganho/perda atuarial – Plano G1 (Nota 2.1)	9.405	9.405
Outros	84.400	97.425
Total do ativo fiscal diferido	<u>1.128.651</u>	<u>1.101.315</u>
Impostos diferidos passivo (ii)		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(622.526)	(650.093)
Capitalização de custos de empréstimos	(184.682)	(158.298)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.147)	(77.827)
Outros	(73.702)	(69.795)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(962.057)</u>	<u>(956.013)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>166.594</u>	<u>145.302</u>

(1) Refere-se à parcela de R\$ 250.798 da correção do contas a receber (GESp), que foi provisionada como perda em anos anteriores.

b) Movimentação

	Em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	Registrado na demonstração do resultado	Em 31 de março de 2012 Reapresentado
Impostos diferidos ativo			
Provisões	575.473	32.177	607.650
Obrigações previdenciárias - G1	180.018	3.197	183.215
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	38.213	-	38.213
Perdas de créditos	135.223	5.405	140.628
Ganho/perda atuarial – G1	35.323	-	35.323
Outros	77.175	441	77.616
Total	<u>1.126.696</u>	<u>41.220</u>	<u>1.167.916</u>

Notas Explicativas

	Em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	Registrado na demonstração do resultado	Em 31 de março de 2012 Reapresentado
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(692.210)	-	(692.210)
Capitalização de custos de empréstimos	(101.507)	-	(101.507)
Receita – órgãos públicos	(76.773)	(1.393)	(78.166)
Outros	(42.957)	(39.107)	(82.064)
Total	(913.447)	(40.500)	(953.947)

	Em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Registrado na demonstração do resultado	Em 31 de março de 2013
Impostos diferidos ativo			
Provisões	512.107	29.211	541.318
Obrigações previdenciárias - G1	193.125	6.358	199.483
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	41.312	(399)	40.913
Perdas de créditos	162.670	5.191	167.861
Ganho/perda atuarial – G1	9.405	-	9.405
Outros	97.425	(13.025)	84.400
Total	1.101.315	27.336	1.128.651

	Em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Registrado na demonstração do resultado	Em 31 de março de 2013
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(650.093)	27.567	(622.526)
Capitalização de custos de empréstimos	(158.298)	(26.384)	(184.682)
Receita – órgãos públicos	(77.827)	(3.320)	(81.147)
Outros	(69.795)	(3.907)	(73.702)
Total	(956.013)	(6.044)	(962.057)

c) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012 Reapresentado</u>
Lucro antes dos impostos	762.450	755.188
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(259.233)	(256.764)
Diferenças permanentes		
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(9.341)	(8.826)
Doações	(1.059)	-
Outras diferenças	3.384	2.315
Imposto de renda e contribuição social	<u>(266.249)</u>	<u>(263.275)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(287.541)	(263.995)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.292	720
Alíquota efetiva	35%	35%

- (i) Diferença permanente relativa à provisão da obrigação atuarial.

Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia optou pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real – LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

A Companhia adota as mesmas práticas tributárias desde 2008, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

16. PROVISÕES

- (a) Processos com probabilidade de perda provável
- (i) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza civil, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

Notas Explicativas

	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de março de 2013	Provisões	Depósitos Judiciais Vinculados	31 de dezembro de 2012 Reapresentado
Ações com clientes (i)	694.780	(135.093)	559.687	652.663	(131.408)	521.255
Ações com fornecedores (ii)	300.297	(179.326)	120.971	290.593	(175.437)	115.156
Outras questões cíveis (iii)	164.150	(11.610)	152.540	169.513	(4.978)	164.535
Ações tributárias (iv)	70.691	(4.186)	66.505	71.141	(3.056)	68.085
Ações trabalhistas (v)	191.484	(1.562)	189.922	173.227	(1.529)	171.698
Ações ambientais (vi)	170.709	(650)	170.059	149.061	(636)	148.425
Total	1.592.111	(332.427)	1.259.684	1.506.198	(317.044)	1.189.154
Circulante	722.228	-	722.228	565.083	-	565.083
Não circulante	869.883	(332.427)	537.456	941.115	(317.044)	624.071

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2012 Reapresentado	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de março de 2013
Ações com clientes (i)	652.663	32.583	45.688	(11.300)	(24.854)	694.780
Ações com fornecedores (ii)	290.593	3.110	7.474	(55)	(825)	300.297
Outras questões cíveis (iii)	169.513	7.342	11.392	(1.907)	(22.190)	164.150
Ações tributárias (iv)	71.141	1.054	2.747	(3.957)	(294)	70.691
Ações trabalhistas (v)	173.227	25.452	8.654	(10.650)	(5.199)	191.484
Ações ambientais (vi)	<u>149.061</u>	<u>17.484</u>	<u>4.385</u>	<u>-</u>	<u>(221)</u>	<u>170.709</u>
Subtotal	1.506.198	87.025	80.340	(27.869)	(53.583)	1.592.111
Depósitos judiciais vinculados	<u>(317.044)</u>	<u>(15.894)</u>	<u>(7.017)</u>	<u>7.420</u>	<u>108</u>	<u>(332.427)</u>
Total	<u>1.189.154</u>	<u>71.131</u>	<u>73.323</u>	<u>(20.449)</u>	<u>(53.475)</u>	<u>1.259.684</u>

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pela Administração como sendo de perda possível e que não estão registradas contabilmente. Os processos de naturezas passivas, classificados como de perda possível representam o montante aproximadamente de R\$ 2.935.700 em 31 de março de 2013 (dezembro/2012 – R\$ 2.796.500).

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos**(i) Ações com clientes**

Aproximadamente 1.560 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores e 670 ações em que pleiteiam a redução da tarifa

Notas Explicativas

de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 38.432 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado a novos processos ajuizados e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento, compensados em parte por pagamentos ocorridos no ano e a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o período de 2013.

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro de contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se principalmente a indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontram em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como de perda provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 11.995 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) foi provocado, principalmente, por decisões favoráveis à Companhia.

(iv) Ações tributárias

Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, provisionados quando classificados como de perda provável.

(v) Ações trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso prévio, desvio de função, equiparação salarial e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, classificado, dessa forma, como de probabilidade de perda provável e, conseqüentemente, provisionados. O acréscimo ocorrido de R\$ 18.224 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado, principalmente, ao complemento nas estimativas e atualização dos processos em andamento.

(vi) Ações ambientais

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento além da imposição de indenização por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos. O acréscimo ocorrido de R\$ 21.634 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado, principalmente, ao complemento nas estimativas dos processos em andamento.

Notas Explicativas

As demais informações estão apresentadas na Nota 16 nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2012.

17. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, é constituído por plano de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

. Da Companhia: 7,5% em média da folha bruta de salários;

. Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,1% da folha de pagamento.

(b) Planos de benefícios previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial

Plano financiado – G1

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2012	577.169
Efeito da adoção do CPC 33(R1)	<u>27.663</u>
Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2012 ajustada	604.832
Despesas reconhecidas em 2013	21.301
Pagamentos efetuados em 2013	<u>(2.602)</u>
Obrigações previdenciárias em 31 de março de 2013 (i)	623.531

Plano não financiado – G0

Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2012	1.547.161
Efeito da adoção do CPC 33(R1)	<u>440.557</u>
Obrigações previdenciárias em 31 de dezembro de 2012 ajustada	1.987.718
Despesas reconhecidas em 2013	44.192
Pagamentos efetuados em 2013	<u>(30.100)</u>
Obrigações previdenciárias em 31 de março de 2013 (iii)	2.001.810

Total	<u>2.625.341</u>
--------------	-------------------------

(i) Plano G1

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social – SABESPREV, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesprev que é o seguinte:

Notas Explicativas

- 0,53% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 4,5% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 623.531 (R\$ 604.832 em 31 de dezembro de 2012) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados.

(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 31 de março de 2013, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 4.952 (dezembro/2012 – 4.569) participantes entre ativos e assistidos.

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

No Plano Sabesprev Mais, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram, em 31 de março de 2013, foi de R\$ 11.991 (dezembro/2012 - R\$ 12.441) referentes a participantes ativos.

(iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que prestaram serviços antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de março de 2013, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 2.001.810 (dezembro/2012 - R\$ 1.987.718).

(c) Participação nos resultados

A Companhia registrou com referência ao Programa de Participação nos Resultados de 2013, o valor correspondente a uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No primeiro trimestre de 2013 foi provisionado o montante de R\$ 15.674 (primeiro trimestre de 2012 – R\$ 14.144).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 10.000.000 (dezembro/2012 – R\$ 10.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2013 era composto de 227.836.623 ações ordinárias (dezembro/2012 – 227.836.623), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuída:

Antes do desdobramento de ações ocorrido em 22 de abril de 2013

Notas Explicativas

	31 de março de 2013	
	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	59.762.074	26,23%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	53.366.486	23,42%
Outros	199.977	0,09%
	<u>227.836.623</u>	<u>100,0%</u>

(*) cada ADR corresponde a 1 ação.

A Assembleia Geral de 22 de abril de 2013 deliberou pelo desdobramento das ações ordinárias da companhia, por meio da qual cada ação ordinária passou a representar 3 (três) ações ordinárias na proporção de 1:3.

Após desdobramento de ações ocorrido em 22 de abril de 2013

O capital social subscrito e integralizado após desdobramento das ações será composto de 683.509.869 ações ordinárias escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31 de março de 2013	
	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	343.524.258	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	179.286.222	26,23%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	160.099.458	23,42%
Outros	599.931	0,09%
	<u>683.509.869</u>	<u>100,0%</u>

A proposta de destinação de resultados, referente ao exercício de 2012 foi aprovado na Assembleia Geral de 22 de abril de 2013.

Outras informações sobre o patrimônio líquido, tais como remuneração aos acionistas, dividendos, objetivo e finalidade de reservas, encontram-se na Nota 19 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2012.

19. LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais. De acordo com o CPC 41, demonstramos o cálculo do lucro por ação após desdobramento de ações ocorrido em 22 de abril de 2013:

Notas Explicativas

	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012 Reapresentado</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	496.201	491.913
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>683.509</u>	<u>683.509</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>0,72596</u>	<u>0,71969</u>

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

				<u>1ºtri/2013</u>
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	<u>1.285.902</u>	<u>1.032.945</u>	<u>495.609</u>	<u>2.814.456</u>
Deduções da receita bruta	<u>(93.947)</u>	<u>(75.466)</u>	<u>-</u>	<u>(169.413)</u>
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	<u>1.191.955</u>	<u>957.479</u>	<u>495.609</u>	<u>2.645.043</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas	<u>(888.964)</u>	<u>(543.661)</u>	<u>(485.962)</u>	<u>(1.918.587)</u>
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	<u>302.991</u>	<u>413.818</u>	<u>9.647</u>	<u>726.456</u>
Outras despesas operacionais líquidas				8.835
Equivalência patrimonial				(150)
Resultado financeiro, líquido				<u>27.309</u>
Lucro operacional antes dos impostos				<u>762.450</u>
Depreciação e amortização	105.253	89.912	-	195.165

Notas Explicativas

				1ºtri/2012
				Reapresentado
	<u>Água</u>	<u>Esgoto</u>	<u>Reconciliação para as Demonstrações Financeiras</u>	<u>Saldo conforme Demonstrações Financeiras</u>
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	1.212.069	977.338	550.856	2.740.263
Deduções da receita bruta	(90.006)	(72.575)	-	(162.581)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados – de clientes externos	1.122.063	904.763	550.856	2.577.682
Custos, despesas com vendas e administrativas	(849.057)	(485.768)	(539.382)	(1.874.207)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	273.006	418.995	11.474	703.475
Outras despesas operacionais líquidas				8.463
Equivalência patrimonial				(1.760)
Resultado financeiro, líquido				45.010
Lucro operacional antes dos impostos				755.188
Depreciação e amortização	106.114	80.381	-	186.495

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras: Os impactos na receita bruta das vendas e dos serviços e nos custos são como segue:

	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012</u>
		Reapresentado
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (a)	495.609	550.856
Custo de construção referente ao ICPC 1 (a)	485.962	539.382
Margem de construção	9.647	11.474

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17, “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide Nota 11 (c) e (g).

Notas Explicativas

21. RECEITAS POR REGIÃO

(a) Receita bruta de vendas de produtos e serviços

	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012</u> <u>Reapresentado</u>
Região Metropolitana de São Paulo	1.688.016	1.587.422
Sistemas regionais (i)	<u>630.831</u>	<u>601.985</u>
Total sem a receita de construção (ii)	<u>2.318.847</u>	<u>2.189.407</u>

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta de vendas de produtos e serviços, apresentou um acréscimo de 5,9% no primeiro trimestre de 2013 quando comparado ao primeiro trimestre de 2012. O volume faturado do total da Companhia cresceu 2,0% em 31 de março de 2013 e o reajuste tarifário foi de 5,15% desde setembro de 2012.

(b) Reconciliação da receita bruta para a receita líquida

	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012</u> <u>Reapresentado</u>
Receita bruta de vendas e/ou serviços	2.318.847	2.189.407
Receitas de construção	495.609	550.856
Impostos sobre vendas	<u>(169.413)</u>	<u>(162.581)</u>
Receita líquida	<u>2.645.043</u>	<u>2.577.682</u>

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

<u>Descrição</u>	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012</u> <u>Reapresentado</u>
Custos das vendas e dos serviços prestados:		
Salários e encargos	318.734	283.081
Obrigações previdenciárias	15.402	9.058
Custos de construção (Nota 11 c)	485.962	539.382
Materiais gerais	40.576	37.592
Materiais de tratamento	64.876	44.574
Serviços de terceiros	163.730	160.813
Energia elétrica	144.387	149.732
Despesas gerais	116.351	92.456
Depreciação e amortização	<u>186.848</u>	<u>179.751</u>
	<u>1.536.866</u>	<u>1.496.439</u>

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012</u> Reapresentado
Despesas com vendas:		
Salários e encargos	51.486	46.281
Obrigações previdenciárias	2.601	1.396
Materiais gerais	2.119	1.870
Serviços de terceiros	26.426	62.179
Energia elétrica	172	261
Despesas gerais	18.361	18.539
Depreciação e amortização	2.718	1.489
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 7(c))	37.401	38.762
	<u>141.284</u>	<u>170.777</u>
Despesas administrativas:		
Salários e encargos	41.854	38.441
Obrigações previdenciárias	31.739	28.065
Materiais gerais	1.584	1.012
Serviços de terceiros	38.595	42.003
Energia elétrica	268	354
Despesas gerais	80.713	56.849
Depreciação e amortização	5.599	5.255
Despesas fiscais	40.085	35.012
	<u>240.437</u>	<u>206.991</u>
Custos, despesas com vendas e administrativas:		
Salários e encargos	412.074	367.803
Obrigações previdenciárias	49.742	38.519
Custos de construção (Nota 11 c)	485.962	539.382
Materiais gerais	44.279	40.474
Materiais de tratamento	64.876	44.574
Serviços de terceiros	228.751	264.995
Energia elétrica	144.827	150.347
Despesas gerais	215.425	167.844
Depreciação e amortização	195.165	186.495
Despesas fiscais	40.085	35.012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 7(c))	37.401	38.762
	<u>1.918.587</u>	<u>1.874.207</u>

Notas Explicativas

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

<u>Descrição</u>	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012</u> <u>Reapresentado</u>
Despesas financeiras:		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(82.525)	(82.203)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(18.416)	(20.019)
Outras despesas financeiras	(12.178)	(13.736)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(1.877)	(2.109)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos (i)	(24.149)	(8.554)
Varição monetária sobre déficit incentivo Sabesprev mais (ii)	(448)	(415)
Outras variações monetárias (iii)	(3.638)	(1.535)
Juros e variações monetárias sobre provisões	(52.431)	(72.989)
Total de despesas financeiras	<u>(195.662)</u>	<u>(201.560)</u>
Receitas financeiras:		
Variações monetárias ativas (iv)	28.996	11.774
Rendimento de aplicações financeiras	32.978	54.839
Juros e outras	31.429	20.994
Total de receitas financeiras	93.403	87.607
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(102.259)</u>	<u>(113.953)</u>
Variações cambiais, líquidas:		
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	129.604	159.232
Outras variações cambiais	(1)	(20)
Varição cambial ativa	(35)	(249)
Variações cambiais, líquidas	<u>129.568</u>	<u>158.963</u>
Financeiras líquidas	<u>27.309</u>	<u>45.010</u>

(i) Essa variação é decorrente principalmente pela: (i) captação da 17ª emissão de debêntures ocorrida em fevereiro de 2013; e (ii) variação do IPCA em 1,9% no 1º trimestre de 2013, quando comparado com a variação de 1,2% no mesmo período de 2012. As exposições a essas taxas são demonstradas na Nota 3 (3.1).

(ii) Essa variação monetária é decorrente da mudança no indexador INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que foi de 2,0% no primeiro trimestre de 2013 (1,0% no primeiro trimestre de 2012), e que é utilizado para corrigir o saldo do compromisso da SABESP com relação ao déficit do plano de pensão Sabesprev mais.

Notas Explicativas

(iii) Outras despesas com variações monetárias são substancialmente atualização dos passivos referente aos compromissos de investimentos exigidos pelas parcerias público-privada e principalmente, contratos de programa que são indexados por IPC e IPCA que foram de 1,2% e 1,9% no primeiro trimestre de 2013, respectivamente (0,7% e 1,2% no primeiro trimestre de 2012, respectivamente).

(iv) Essas variações monetárias são decorrentes, principalmente, das mudanças nos indexadores de correção do contas a receber de clientes em atraso que pode ser o IPCA (1,9% no primeiro trimestre de 2013 e 1,2% no primeiro trimestre de 2012) ou IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor, 1,2% no primeiro trimestre de 2013 e 2,0% no primeiro trimestre de 2012), dependendo da data do acordo, e dos depósitos judiciais, que são atualizados pelo índice definido pelo judiciário brasileiro que teve uma variação de 2,2% no primeiro trimestre de 2013 (1,4% no primeiro trimestre de 2012) e da 17ª emissão de debêntures que são atualizados com base no indexador IPCA que foi de 1,9%.

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012 Reapresentado</u>
Outras receitas operacionais líquidas	10.637	10.607
Outras despesas operacionais	(1.802)	(2.144)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>8.835</u>	<u>8.463</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis e perda do ativo imobilizado.

25. COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. Abaixo os principais valores comprometidos em 31 de março de 2013:

	<u>1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>3-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Obrigações contratuais - Despesas	872.066	1.080.288	49.181	1.698	2.003.233
Obrigações contratuais - Investimentos	1.223.255	895.175	51.028	-	2.169.458
Total	<u>2.095.321</u>	<u>1.975.463</u>	<u>100.209</u>	<u>1.698</u>	<u>4.172.691</u>

Notas Explicativas

26. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES AOS FLUXOS DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	<u>1ºtri/2013</u>	<u>1ºtri/2012</u> <u>Reapresentado</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa		
Juros capitalizados no período	57.659	60.929
Varição no saldo a pagar a empreiteiros	(53.336)	34.631
Passivos referentes a compromissos de contratos de programas contabilizados com contrapartida no ativo intangível	57.609	(8.389)
Arrendamento Mercantil	65.379	34.663
Margem de construção contabilizada no intangível	<u>9.647</u>	<u>11.474</u>
	136.958	133.308

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Desdobramento de ações

Foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de abril de 2013, a proposta do Conselho de Administração da Companhia, datada de 10 de janeiro de 2013, de desdobramento das ações representativas de seu capital social, operação pela qual cada ação da Companhia foi desdobrada em 3 (três) ações, ou seja, para cada ação detida, os acionistas receberão 2 (duas) novas ações, passando, assim, a deter 3 (três) ações. O capital social passará a ser dividido em 683.509.869 ações ordinárias de emissão da Companhia.

- Destinação do resultado do exercício de 2012

Foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de abril de 2013, a proposta do Conselho de Administração da Companhia da destinação do resultado do exercício de 2012 de R\$ 1.911.900: Reserva Legal R\$ 95.595, Dividendos Mínimos obrigatórios R\$ 454.076, Dividendos Adicionais R\$ 80.201, Reservas para Investimentos R\$ 1.282.028.

- Regulamento do sistema tarifário

Em atendimento a Deliberação ARSESP 406 e de acordo com o artigo 28 do Regulamento do Sistema Tarifário, aprovado pelo Decreto Estadual nº. 41.446 de 16 de dezembro de 1996, em 19 de abril de 2013, o Conselho de Administração deliberou pela aplicação do índice de reposicionamento tarifário de 2,3509% às tarifas atuais.

Notas Explicativas

A Taxa de Regulação e Fiscalização de 0,5%, autorizada pela Deliberação 406, será aplicada tão logo sejam concluídos os ajustes operacionais necessários para a discriminação desta nas faturas dos municípios em que esta será cobrada.

Em 04 de abril de 2013, a SABESP interpôs Pedido de Reconsideração junto a ARSESP, relacionado aos termos da Deliberação 406, com o objetivo de preservar o interesse da Companhia no processo de Revisão Tarifária ora em curso.

Foi aprovada pela ARSESP a Deliberação 413, que dispõe sobre a suspensão da eficácia da Deliberação 407, postergando para o momento da divulgação do resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP a autorização para repasse na fatura dos serviços de valores referentes aos encargos municipais, legalmente estabelecidos, que, por força dos Contratos de Programa e Contratos de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, devam ser considerados na Revisão Tarifária.

- Contratos de Programa

A Companhia renovou Contrato de Programa de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário com o município Ibirá em 23 de abril de 2013, e assinou contrato com o município de Glicério em 10 de abril de 2013. Esses contratos tem vigência de 30 anos.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2013				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3%	114.508.086	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	506	0	506	0
Diretoria				
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	114.508.592	50,3%	114.508.592	50,3%
Ações em Circulação	113.328.031	49,7%	113.328.031	49,7%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2012				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador				
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3%	114.508.086	50,3%
Administradores				
Conselho de Administração	2.009	0	2.009	0
Diretoria	603	0	603	0
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas				
Total	114.510.698	50,3%	114.510.698	50,3%
Ações em Circulação	113.325.925	49,7%	113.325.925	49,7%

2. POSIÇÃO ACIONÁRIA

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia:			Posição em 31/03/2013 (Em Ações)	
CIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO				
	Ações Ordinárias		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,3	114.508.086	50,3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência dos efeitos da adoção de novos pronunciamentos contábeis no trimestre findo em 31 de março de 2013 referente aos benefícios a empregados, de acordo com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados e mudança na contabilização dos negócios controlados em conjunto, de acordo com o CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) e IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2012

As informações e os valores reapresentados correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 09 de maio de 2013, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 9 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Délio Rocha Leite
Contador
CRC nº 1 SP 189302/O-8